

O trabalho biblioteconômico, em termos simples, consiste em organizar, tratar e disseminar conhecimentos registrados para diferentes universos de usuários, a partir dos interesses, necessidades, demandas e potencialidades de cada um desses universos.

Definindo-se o *conhecimento* como “ato ou efeito de apreender intelectualmente, de perceber um fato ou uma verdade”; ou como “domínio, teórico ou prático, de um assunto, uma arte, uma ciência, uma técnica etc.” (Houaiss),¹ pode-se dizer, em síntese, que conhecimento é tudo o que foi apreendido por alguém de tal modo que possa ser usado por esta pessoa em situações diversas.

O conhecimento é sempre particular, embora possa ser transmitido para outros e apreendido por outros. Para que possa ser transmitido ao maior número possível de indivíduos, independentemente do tempo e do espaço, é preciso alguém, possuidor de determinado conhecimento — científico, técnico, artístico, ou apenas sua visão particular do mundo — registrá-lo de modo a torná-lo acessível a outras pessoas. Tais registros abarcam inúmeros suportes, físicos ou ciberespaciais:* das tábulas de argila mesopotâmicas às páginas na internet. Os conhecimentos registrados, ou os registros do conhecimento, são a matéria-prima do trabalho bibliotecário.

Compreende-se *biblioteca*, neste texto, em seu sentido amplo, como instituição voltada à reunião (real ou ciberespacial), organização e disseminação do conhecimento registrado, não importando o nome pelo qual esta instituição se denomine. Em princípio, uma biblioteca existe para propiciar alternativa, possibilidade e oportunidade às pessoas. Alternativa, para que possam escolher entre vários, não havendo nunca um caminho único. Possibilidade,

* Preferiu-se o termo ‘ciberespaciais’ (documentos encontrados na rede mundial de computadores ou em bibliotecas digitais) em vez de ‘virtuais’, pelas inúmeras conotações deste último.

para que tenham acesso ao que, de outro modo, lhes estaria vedado, por empecilhos de ordens diversas. Oportunidade, porque apenas através do conhecimento as pessoas se podem transformar e transformar o mundo em que vivem. As bibliotecas são espaços de liberdade, capazes — fato comprovado — de mudar a história da humanidade. O grande bibliotecário indiano S.R. Ranganathan² formulou as cinco leis da biblioteconomia:

OS LIVROS SÃO PARA USAR
A CADA LEITOR SEU LIVRO
A CADA LIVRO SEU LEITOR
POUPE O TEMPO DO LEITOR
A BIBLIOTECA É UM ORGANISMO EM CRESCIMENTO

Como se tornaria impossível aos usuários das bibliotecas, para escolha do mais conveniente, folhear todos os livros, ouvir todos os discos, manusear ou acessar todas as outras formas de registro disponíveis nos acervos reais ou ciberespaciais, mesmo que os materiais estivessem ampla e corretamente 'arrumados', nós, bibliotecários, elaboramos *representações* desses registros, de forma a simplificar a busca. Isto é, elaboramos conjuntos de informações codificadas para representar cada um dos registros do conhecimento existentes em acervos.

Considera-se *informação*, aqui, como um conjunto de signos — palavra, grupo de palavras, frases, imagens, números ou quaisquer outros signos — que tenha um sentido. Portanto, nossas representações se constituem em informação e por ela são constituídas. Em síntese, tomando como base um conhecimento registrado, produzimos informações sobre ele, de modo a subsidiar o acesso das pessoas a este conhecimento. Conseqüentemente, quando tratamos de ciência da informação, o fazemos como campo de estudo dos fatos, fenômenos e processos da produção, do registro e da transmissão de informações; entre outras, daquelas por nós produzidas sobre registros do conhecimento, que visam a universos de usuários.

Podemos distinguir três categorias de 'usuários' dos produtos de nosso trabalho: as pessoas como indivíduos, que buscam ou podem buscar uma biblioteca; as obras, que existem à espera de encontrar seus usuários; outras bibliotecas, uma vez que as insti-

tuições, longe de ser ilhas, precisam formar imensa rede de conexões, de modo a ampliar os acessos para seus próprios usuários.

Se elaboramos conjuntos de informações destinadas a outrem, certamente nos vemos frente a um processo comunicativo.

1.1

O processo comunicativo

Há diferentes modos de considerar o processo comunicativo, reflexos de diferentes visões de mundo. O mais simples e difundido, o modelo de Shannon e Weaver, trabalha com princípios matemáticos de comunicação de dados. Vale lembrar sua origem, centrada na necessidade de determinação dos custos das tarifas telefônicas para uma empresa norte-americana. Como demonstra objetivos muito diversos, apesar de duradoura influência em vários campos do conhecimento, melhor abandoná-lo e procurar outras fontes.³ Segundo uma das teorias analisadas por Rüdiger³ (2004, p. 85-86):

As mensagens veiculam símbolos e sinais, que precisam ser entendidos pelas pessoas: transferências de informações só podem ocorrer dentro de processos de compreensão. [...]

Em resumo, verifica-se pois que a comunicação representa menos um processo de transmissão de mensagens do que um processo em que se estabelece uma compreensão praticamente mediada entre os homens.

Desta visão de processo comunicativo, convém lembrarmos do seguinte:

a) a comunicação é o meio por excelência de convivência entre os seres humanos;

b) não basta, apenas, o conhecimento da linguagem para que nos façamos compreendidos por outras pessoas — torna-se indispensável entender seu ambiente social e sua cultura;

c) a compreensão das mensagens é essencialmente contextualizada;

d) a apreensão do conhecimento é individual, porém depende do contexto em que se insere o indivíduo, tanto para o desenvolvimento de suas próprias capacidades, como para a oportunidade de que o conhecimento se lhe seja oferecido.

Do mesmo modo que seus usuários, o bibliotecário também faz parte de determinado grupo social. Assim como não podemos dei-

xar em casa, quando saímos, partes de nosso corpo, também não podemos deixar em casa nossas idéias, nossas crenças, nossa cultura, nossa vida enfim, com todas as experiências que contribuíram para nossa formação. Os fatores pessoal, social e profissional se acham indissolúvelmente ligados. Em consequência, as funções bibliotecárias, como qualquer outra atividade humana, se acham longe de um caráter isento, imparcial, realizado de modo mecânico. (A falácia da imparcialidade na biblioteconomia foi de há muito desvelada por Mostafa,⁴ em sua tese de doutoramento.) E como tais circunstâncias afetam nosso trabalho?

Hoje, dois tipos de tecnologias influem diretamente em nossa vida: as tecnologias de comunicação, com suas incontáveis mídias e sua capacidade de reproduzir da obra de arte ao 'lixo' registrado; e as tecnologias de informação, vinculadas à informática e à internet, também capazes de tudo reproduzir. Para Rüdiger (ib., p. 88):

[...] precisamos observar que as mídias não são boas, nem más; constituem sistemas técnicos de comunicação, que em si mesmos são neutros e podem ser empregados para desenvolver ou manipular o processo da comunicação.

Adorno⁵ já dizia que

As pessoas tendem a tomar a técnica pela coisa mesma, a considerá-la um fim em si, uma força com vida própria, esquecendo, porém, que ela é o prolongamento do braço humano (1995, original de 1966, p. 118).

Portanto, por mais que apreciemos e utilizemos todas as tecnologias disponíveis — e o devemos fazer — não nos podemos deixar submeter pela técnica (automatizada ou... manual), sob pena, não de obtermos robôs-bibliotecários, mas de nos tornarmos bibliotecários-robôs. Nosso trabalho é, ou deve ser, acima de tudo, intelectual, criando mensagens sobre registros do conhecimento, visando a públicos específicos e caracterizados.

Se há momentos de nossa atividade em que parecemos interagir com máquinas, em que as usamos para maior rapidez e facilidade, precisamos lembrar-nos de que, no outro lado, em outra máquina, estão seres humanos à espera de nossas informações, e isto é o fundamental.

Em face do exposto, consideramos como qualidades indispensáveis ao trabalho do catalogador:

e nosso corpo, também não
nossas crenças, nossa cul-
experiências que contribuí-
pessoal, social e profissional
consequência, as funções
atividade humana, se acham
realizado de modo mecâni-
teconomia foi de há muito
de doutoramento.) E como
ho?

uem diretamente em nossa
om suas incontáveis mídias
a de arte ao 'lixo' registrado;
adas à informática e à inter-
zir. Para Rüdiger (ib., p. 88):

o são boas, nem más; constituem
si mesmos são neutros e podem
pular o processo da comunicação.

isa mesma, a considerá-la um fim
ndo, porém, que ela é o prolonga-
1966, p. 118).

ilizemos todas as tecnologias
ão nos podemos deixar sub-
manual), sob pena, não de
e nos tornarmos bibliotecá-
er, acima de tudo, intelectual,
o conhecimento, visando a

em que parecemos interagir
a maior rapidez e facilidade,
tro lado, em outra máquina,
ssas informações, e isto é o

como qualidades indispen-

- muita leitura, com prazer e entendimento: deve ler, no míni-
mo, trinta livros por ano. O catalogador precisa ter o hábito e
gostar de ler;
- conhecimentos gerais atualizados: o catalogador não pode
manter-se afastado do mundo em que vive;
- preocupação em superar a prática irreflexiva e automática de
seu trabalho;
- conhecimento de seus usuários, reais e potenciais;
- abertura quanto às tecnologias e, ao mesmo tempo, consciên-
cia do papel circunscrito destas mesmas tecnologias;
- respeito ao passado e, ao mesmo tempo, preocupação com a
descoberta do novo, ou do desconhecido, por si próprio e por
seus usuários.

Ao lado do fato de criarmos mensagens destinadas aos usuários,
existe um outro ângulo, ainda não levantado: o usuário também
chega à biblioteca com um corpo de informações, relativas a suas
demandas, interesses e necessidades. Nossos instrumentos, enquanto
levam nossas informações, devem permitir que os usuários expres-
sem as suas próprias.

Cabe aqui um parêntese: embora a referência bibliográfica
também represente um determinado registro do conhecimento, des-
tina-se a leigos e sua única função é a de identificar tal registro; a
catalogação, muito mais completa e complexa, compreende outras
funções, pelo que só nos interessa esta última.

Por fim, um aspecto a se ter em mente: nossas mensagens pos-
suem sintaxe e semântica próprias. A sintaxe se constitui de posi-
ção e pontuação. A semântica dá significado aos termos em sua
posição e pela pontuação precedente. Por exemplo, o número '1984'
pode representar: uma data de publicação, o número de páginas de
um livro, o título de uma obra ou o pseudônimo de um autor, entre
outras alternativas; a diferença entre as diversas informações con-
siste na posição em que cada uma delas se encontra e na pontuação
que as precede, ou seja, na sintaxe, que expressa a semântica:

1984 / George Orwell ... [título de uma obra]
... Rio de Janeiro : Record, 1984 [data de publicação]
... 1984 p. [número de páginas]
XYZ / 1984 ... [pseudônimo de um autor]

Se o usuário, mesmo identificando a posição e a pontuação, não souber o significado dos termos 'autor', 'título', 'data de publicação' ou 'pseudônimo', também não compreenderá nossa mensagem. Embora muito desenfeitada pelas tecnologias recentes, que eliminam a sintaxe na disposição dos elementos, esta mensagem lhe será tão obscura quanto uma receita de bruxaria.

1.2 O caminho de um registro do conhecimento na biblioteca

Até a chegada de um registro do conhecimento às mãos do usuário, há um caminho de serviços e atividades a ser percorrido. De modo genérico, este caminho pode compreender as etapas de:

- localização, seleção e obtenção do registro do conhecimento, real ou ciberespacial;
- análise do registro do conhecimento, com a identificação de suas características físicas e de conteúdo;
- representação do registro do conhecimento, quanto a seus aspectos físicos e de conteúdo. Em sistemas automatizados, a representação se faz simultaneamente à entrada de dados em máquina, o que significa, também, armazenagem dos instrumentos de acesso;
- para documentos ciberespaciais, a representação também inclui o vínculo de acesso;
- determinação da localização do exemplar físico no conjunto do acervo, quando for o caso;
- registro patrimonial do exemplar físico, como parte do acervo da biblioteca. Aqui, cabe um parêntese: houve mudança na legislação patrimonial, passando o livro a não mais ser reconhecido como material permanente, pelo menos no tocante a bibliotecas públicas (lei nº 10 753, de 30/10/2003, art. 18); no entanto, alguns livros permanecerão como bens patrimoniais, por seu valor histórico, sua raridade ou sua preciosidade. O bibliotecário precisa ter cuidado;
- preparação dos instrumentos de acesso pelo público ao registro do conhecimento;
- preparação do exemplar físico para uso e localização no acervo;
- armazenagem do exemplar físico no acervo;

osição e a pontuação, não
, 'título', 'data de publica-
mpreenderá nossa mensa-
s tecnologias recentes, que
elementos, esta mensagem
de bruxaria.

Conhecimento na biblioteca

hecimento às mãos do usuá-
dades a ser percorrido. De
aprender as etapas de:

registro do conhecimento, real

com a identificação de suas

cimento, quanto a seus as-
temas automatizados, a re-
à entrada de dados em má-
armazenagem dos instrumentos

representação também inclui

emplar físico no conjunto do

sico, como parte do acervo
ese: houve mudança na le-
ro a não mais ser reconheci-
mentos no tocante a bibliote-
(2003, art. 18); no entanto,
bens patrimoniais, por seu
preciosidade. O bibliotecá-

esso pelo público ao registro

uso e localização no acervo;
o acervo;

- armazenagem dos instrumentos manuais de acesso, quando for o caso;
- elaboração de instrumentos de divulgação (disseminação) do novo registro do conhecimento.

Cada uma dessas atividades abrange etapas, métodos e técnicas próprios. Este manual se limitará aos princípios, métodos e técnicas gerais das atividades de análise e representação do registro do conhecimento, exceto quanto à representação de seu conteúdo, apenas esboçada.

A sequência de etapas acima mostra divergência quanto ao fluxo utilizado em muitas bibliotecas. Inúmeras, por questões administrativas, fazem o registro patrimonial antes da análise. Outras elaboram uma 'pré-catalogação' a partir do momento em que o registro do conhecimento é selecionado. Não se pode concordar com essa ou aquela ordem de atividades, por acarretarem duplicidade de trabalho e dispêndio inútil de esforços. A representação deve ser elaborada uma única vez, servindo a todos os instrumentos e finalidades, inclusive as administrativas. Como reza o corolário da quarta lei de Ranganathan, em algumas versões: *Poupe o tempo da equipe.*

1.3

Definição e funções da catalogação

A catalogação, ou representação bibliográfica, consiste em um conjunto de informações que simbolizam um registro do conhecimento. Sabendo que esta representação não é um trabalho mecânico, pois implica o levantamento das características desse registro e a cognição das características do usuário, pode-se definir catalogação como:

O estudo, preparação e organização de mensagens, com base em registros do conhecimento, reais ou ciberespaciais, existentes ou passíveis de inclusão em um ou vários acervos, de forma a permitir a interseção entre as mensagens contidas nestes registros do conhecimento e as mensagens internas dos usuários.

Não se trata apenas dos exemplares físicos já adquiridos por uma biblioteca determinada, porque a representação pode estar vinculada a registros do conhecimento não pertencentes a nenhum acervo

específico, como no caso das bibliografias e dos acervos ciberespaciais. Também pode incluir um ou vários acervos, porque muitos instrumentos são coletivos, não se limitando a um único acervo.

Em passado recente, a catalogação era vista como uma técnica de elaborar catálogos — idéia muito restritiva e simplista; ou, como técnica que listava itens — mais restritiva ainda. O que diferencia a catalogação de um inventário, listagem de itens, é o fato de não apenas caracterizar os registros do conhecimento, individualizando-os, tornando-os únicos entre os demais, como também de reuni-los por suas semelhanças.

A riqueza da catalogação fundamenta-se nos relacionamentos entre os registros do conhecimento, estabelecidos de forma a criar alternativas de escolha para os usuários. Por exemplo, se a Sra. x vem à biblioteca em busca de *O alienista*, de Machado de Assis, e os relacionamentos permitem que a Sra. x opte por diferentes versões ou suportes da mesma obra, como texto ou filme, em diferentes línguas ou edições, certamente se terá ampliado o universo de escolha da Sra. x — nenhuma semelhança com uma simples lista. Por outro lado, também são os relacionamentos que permitem ao usuário encontrar obras desconhecidas. Por exemplo, se o Sr. y chega à biblioteca procurando obras sobre zen-budismo, apenas a reunião de todas as obras sobre o assunto zen-budismo permitirá que a busca do Sr. y tenha bom resultado. A catalogação deve, ainda, permitir que, feita a escolha da obra, o usuário seja capaz de localizar o item no acervo físico ou ciberespacial. Finalmente, a catalogação deve possibilitar ao usuário expressar sua mensagem interna. Voltando ao exemplo do Sr. y: se, ao chegar, sua mensagem interna pensa em 'zen', os instrumentos da biblioteca devem orientá-lo para a busca do termo utilizado pela biblioteca ('zen-budismo', por exemplo) e, ainda, guiá-lo para demandas mais abrangentes ou mais específicas, como: 'religiões' e 'iluminação (zen-budismo)'.

As bibliotecas são entidades que precisam cooperar entre si e trabalhar integradamente em várias atividades. Quanto maior a integração, maiores se tornam os acervos, mais rapidamente se faz a representação bibliográfica e menores resultam os custos. Hoje, com as tecnologias disponíveis, é impossível pensar em bibliotecas não integradas a redes. Mesmo as bibliotecas que não possuem nenhum tipo de aparato, dele se podem beneficiar, através de convênios e

as e dos acervos ciberespaciais e dos acervos físicos, porque muitos estão sendo reunidos em um único acervo.

era vista como uma técnica restritiva e simplista; ou, como era vista ainda. O que diferencia a técnica de itens, é o fato de não ser individualizante, como também de reunir-se nos relacionamentos estabelecidos de forma a criar grupos. Por exemplo, se a Sra. X, de Machado de Assis, e os seus livros, em diferentes versões de texto ou filme, em diferentes formatos, ampliado o universo de estudo com uma simples lista. Por exemplo, se o Sr. Y chega à reunião, apenas a reunião permitirá que a catalogação deve, ainda, permitir que o usuário seja capaz de localizar a mensagem interna. Volgarmente, sua mensagem interna de biblioteca devem orientá-lo para a mensagem interna ('zen-budismo', por exemplo, mais abrangentes ou mais abrangentes (zen-budismo)).

nta-se nos relacionamentos estabelecidos de forma a criar grupos. Por exemplo, se a Sra. X, de Machado de Assis, e os seus livros, em diferentes versões de texto ou filme, em diferentes formatos, ampliado o universo de estudo com uma simples lista. Por exemplo, se o Sr. Y chega à reunião, apenas a reunião permitirá que a catalogação deve, ainda, permitir que o usuário seja capaz de localizar a mensagem interna. Volgarmente, sua mensagem interna de biblioteca devem orientá-lo para a mensagem interna ('zen-budismo', por exemplo, mais abrangentes ou mais abrangentes (zen-budismo)).

precisam cooperar entre si e atividades. Quanto maior a interação, mais rapidamente se faz a pesquisa, resultam os custos. Hoje, com o pensamento em bibliotecas não apenas as que não possuem nenhum recurso, através de convênios e

intercâmbios. Cooperação, no entanto, significa o uso de uma linguagem comum, de padrões. Todos os padrões são objeto de acordos internacionais, ou nacionalmente interpretados. Inexistem padrões, interpretações e adaptações locais, exceto no tocante ao arranjo dos acervos físicos. Como se verá nos tópicos 3.5 e 3.6, busca-se uma única norma de catalogação, utilizada tanto em diferentes línguas como em diferentes alfabetos.

Grandes mudanças ocorreram na representação bibliográfica a partir de 1997, cujos fatos mais significativos se encontram resumidamente nos tópicos acima citados do capítulo 3. Aqui, trataremos apenas de princípios que afetaram, e continuam influenciando, a catalogação no mundo. O marco fundamental ocorreu com a publicação dos *Functional Requirements for Bibliographic Records* [FRBR],⁶ ou requisitos funcionais para registros bibliográficos. 'Funcional', neste caso, tem o sentido de conexão entre as funções.

Os FRBR, desde sua publicação, se tornaram objeto de grupo permanente de estudos, introdução em disciplinas de catalogação, análises diversas, para inclusão de melhorias no próprio modelo e em todo o conjunto por eles afetado, como o MARC 21 (sucessor do MARC), a International Standard Bibliographic Description [ISBD] e os novos códigos de catalogação, além de teses, dissertações e pesquisas. Serviram de base também a outros modelos de requisitos funcionais, para catálogos de nomes e de assuntos (*Functional Requirements for Authority Data* (FRAD) e *Functional Requirements for Subject Authority Data* (FRSAD)). Há vasta bibliografia sobre o tema. Portanto, os FRBR merecem, no mínimo, tradução própria em nossa língua. Assim, nos limitaremos, no capítulo 2, a uma visão geral do que consideramos indispensável ao conhecimento do catalogador, inclusive para melhor entendimento dos futuros códigos de catalogação.

O modelo identifica como tarefas (ou funções) de bibliografias nacionais e catálogos de bibliotecas:

- utilização dos dados para *encontrar* materiais que correspondam aos critérios de busca do usuário; isto é, localizar tanto uma única entidade como um conjunto de entidades como resultado da busca;
- utilização dos dados recuperados para *identificar* uma entidade; isto é, confirmar que a entidade descrita corresponde àquela buscada, ou para distinguir entre duas ou mais entidades com características semelhantes;

- utilização dos dados para *selecionar* uma entidade apropriada às necessidades do usuário; isto é, escolher uma entidade adequada aos requisitos do usuário quanto ao conteúdo, formato físico etc., ou para rejeitar uma entidade inapropriada às demandas do usuário;
- utilização dos dados para adquirir ou *obter* acesso à entidade descrita; isto é, adquirir uma entidade por meio de compra, empréstimo ou acesso remoto (FRBR).⁶

Para cumprimento dessas funções, segundo o ponto de vista deste manual, a catalogação deve possuir as seguintes características: integridade, clareza, precisão, lógica e consistência.

Integridade significa fidelidade, honestidade na representação, transmitindo informações passíveis de verificação. Por exemplo, se não há certeza da data de publicação, o catalogador acrescenta um ponto de interrogação [?], indicando sua dúvida:

Rio de Janeiro : Editora X, [1975?]

Clareza significa que a mensagem deve ser compreensível aos usuários. Por exemplo, numa biblioteca infanto-juvenil, os termos representativos dos assuntos devem adequar-se ao público:

Pássaros (e não ornitologia)

Precisão significa que cada uma das informações só pode representar um único conceito, sem dubiedades ou dúvidas. Por exemplo, 1984 como data de publicação só pode identificar a data de publicação:

Rio de Janeiro : Editora X, 1984

Lógica significa que as informações devem ser organizadas de modo lógico. Por exemplo, na descrição de um registro do conhecimento, vai-se do mais importante (título e autor) para o mais detalhado (dados de publicação e paginação, entre outros).

Consistência significa que a mesma solução deve ser sempre usada para informações semelhantes. Uma grande professora gaúcha de catalogação, Gladis W. do Amaral, costumava dizer 'Errem com consistência', isto é, sejam coerentes mesmo no erro. Por exem-

uma entidade apropriada às
 obter uma entidade adequa-
 ao conteúdo, formato físico
 apropriada às demandas do

ou obter acesso à entidade
 de por meio de compra, em-

undo o ponto de vista deste
 as seguintes características:
 consistência.

nestidade na representação,
 e verificação. Por exemplo,
 ão, o catalogador acrescenta
 do sua dúvida:

deve ser compreensível aos
 ca infanto-juvenil, os termos
 dequar-se ao público:

s informações só pode repre-
 lades ou dúvidas. Por exem-
 só pode identificar a data de

s devem ser organizadas de
 ão de um registro do conhe-
 tulo e autor) para o mais de-
 ação, entre outros).

ma solução deve ser sempre
 Uma grande professora gaú-
 aral, costumava dizer 'Errem
 tes mesmo no erro. Por exem-

plo, se a biblioteca decide gerar pontos de acesso alternativos pelo
 prenome, deverá fazê-lo para todos os autores:

Jorge Amado	e
Amado, Jorge	
Márcio Souza	e
Souza, Márcio	etc.

Essas características visam à maior facilidade para o usuário em
 suas buscas, razão de ser das bibliotecas. Permaneceram as caracte-
 rísticas, identificadas na edição de 1995 deste manual, para que se
 note a concordância, por inteiro, com a Declaração dos Princípios
 Internacionais de Catalogação, concluída em fevereiro de 2009,⁷ no
 que tange à elaboração de códigos:

Vários princípios direcionam a construção de códigos de catalogação. O mais
 importante é a conveniência do usuário.

2.1 *Conveniência do usuário do catálogo.* As decisões relativas a descrições e
 formas controladas de nomes para acesso devem ser tomadas tendo o usuário
 em mente.

2.2 *Uso comum.* O vocabulário usado nas descrições e nos pontos de acesso
 deve ser adequado à maioria dos usuários.

2.3 *Representação.* Descrições e formas controladas de nomes para acesso de-
 vem ser baseadas na forma pela qual uma entidade descreve a si mesma.

2.4 *Precisão.* A entidade descrita deve ser retratada fielmente.

2.5 *Suficiência e necessidade.* Nas descrições e formas controladas de nomes
 para acesso, devem ser utilizados apenas os elementos necessários para o
 usuário e essenciais para identificar individualmente uma entidade.

2.6 *Significância.* Os elementos devem ser bibliograficamente significativos.

2.7 *Economia.* Quando existirem meios alternativos para se alcançar um obje-
 tivo, deve ser dada preferência ao meio que promova economia geral, de for-
 ma mais adequada (i.e., menor custo ou abordagem mais simples).

2.8 *Consistência e padronização.* Os processos de descrição e construção de pontos
 de acesso devem ser padronizados tanto quanto possível. Isso possibilita uma
 maior consistência, aumentando também a facilidade de compartilhamento
 de dados bibliográficos e de autoridade.

2.9 *Integração.* As descrições para todos os tipos de materiais e formas contro-
 ladas de nomes de entidades devem ser baseadas, tanto quanto possível, em
 um conjunto comum de regras.

As regras em um código de catalogação devem ser justificáveis e não arbi-
 trárias. Reconhece-se que, em situações específicas, esses princípios podem
 ser contraditórios e, nesse caso, deve-se adotar uma solução prática.

1.4

O catálogo

O catálogo é um dos instrumentos mais antigos das bibliotecas. A

palavra tem sua origem no grego: *κατὰ* [*kata*] (de acordo com, sub, baixo, ou parte) e o sufixo *λογος* [*logos*] (ordem, razão). Assim, 'catálogo' pode significar 'subjacente à razão' ou 'de acordo com a razão', correspondendo à palavra de origem latina 'classificar'.

Cabe observar, quanto ao significado de *logos*, que há inúmeras concepções, em diversos idiomas e dicionários, indiferentemente de seu uso como sufixo e prefixo, ou com sentidos variados para os dois usos. Pode ser 'palavra de Deus' ou apenas 'palavra', quando usado como prefixo, como em logotipo, logogrifo etc. Ou conhecimento, estudo, razão, lógica, ordenação, quando usado como sufixo, como em terminologia, arquivologia, bibliologia, ecologia etc.

Em vista de suas inúmeras funções e características, aqui define-se catálogo como segue:

Catálogo é um meio de comunicação, que veicula mensagens sobre os registros do conhecimento, de um ou vários acervos, reais ou ciberespaciais, apresentando-as com sintaxe e semântica próprias e reunindo os registros do conhecimento por semelhanças, para os usuários desses acervos. O catálogo explicita, por meio das mensagens, os atributos das entidades e os relacionamentos entre elas.

Cutter⁸ foi o primeiro a elaborar os objetivos do catálogo e sua proposta é aceita até hoje, com algumas variações e poucos acréscimos:

Objetivos:

1. Permitir a uma pessoa encontrar um livro do qual ou

(A) o autor	}	seja conhecido
(B) o título		
(C) o assunto		
2. Mostrar o que a biblioteca possui
 - (D) de um autor determinado
 - (E) de um assunto determinado
 - (F) de um tipo determinado de literatura
3. Ajudar na escolha de um livro
 - (G) de acordo com sua edição (bibliograficamente)
 - (H) de acordo com seu caráter (literário ou tópico).

Para o grande bibliotecário indiano Ranganathan:⁹

[...] um catálogo de biblioteca deveria ser projetado para:

κτά [kata] (de acordo com, sub,
[logos] (ordem, razão). Assim,
e à razão' ou 'de acordo com a
e origem latina 'classificar'.

ado de *logos*, que há inúmeras
dicionários, indiferentemente
com sentidos variados para os
' ou apenas 'palavra', quando
tipo, logogrifo etc. Ou conheci-
ção, quando usado como sufi-
logia, bibliologia, ecologia etc.
ões e características, aqui defi-

ção, que veicula mensagens
o, de um ou vários acervos,
do-as com sintaxe e semânti-
do conhecimento por seme-
acervos. O catálogo explicita,
os das entidades e os relacio-

ativos do catálogo e sua propos-
riações e poucos acréscimos:

vro do qual ou

tura

graficamente)
rio ou tópico).

Ranganathan:⁹

r projetado para:

1. revelar a cada leitor o seu documento;
2. revelar a cada documento o seu leitor;
3. poupar o tempo do leitor; e
4. por este fim, poupar o tempo da equipe.

Hoje, de acordo com a Declaração dos Princípios acima citada (2009):

O catálogo deve ser um instrumento efetivo e eficiente que permita ao usuário:

4.1 Encontrar recursos bibliográficos em uma coleção como o resultado de uma busca, usando atributos e relações entre recursos:

4.1.1 *localizar* determinado recurso

4.1.2 *localizar* conjuntos de recursos representando

todos os recursos que pertencem a uma mesma obra

todos os recursos que incorporam uma mesma expressão

todos os recursos que exemplificam uma mesma manifestação

todos os recursos associados a determinada pessoa, família, ou entidade coletiva

todos os recursos sobre determinado assunto

todos os recursos definidos por outros critérios (língua, país de publicação, data de publicação, tipo de conteúdo, tipo de suporte etc.)

geralmente como filtro secundário de busca;

4.2 *identificar* um recurso bibliográfico ou agente (isto é, confirmar que a entidade descrita corresponde à entidade desejada ou distinguir entre duas ou mais entidades com características similares);

4.3 *selecionar* um recurso bibliográfico apropriado ao usuário (isto é, escolher um recurso que esteja de acordo com as necessidades do usuário no que diz respeito ao meio, conteúdo, suporte etc. ou rejeitar um recurso não apropriado às necessidades do usuário);

4.4 *adquirir* ou obter acesso a um item descrito (isto é, fornecer informação que capacite o usuário a adquirir um item por meio de compra, empréstimo etc., ou acessar um item eletronicamente por meio de conexão online a uma fonte remota); ou acessar, adquirir ou obter um dado de autoridade ou bibliográfico;

4.5 *navegar* em um catálogo e além dele (isto é, por meio do arranjo lógico dos dados bibliográficos e de autoridade e de maneiras claras de se fazer esta navegação, incluindo a apresentação de relações entre obras, expressões, manifestações, itens, pessoas, famílias, entidades coletivas, conceitos, objetos, eventos e lugares).

Em síntese, pode-se dizer que os catálogos veiculam as mensagens elaboradas pela catalogação, permitindo aos usuários encontrar os registros do conhecimento de seu interesse e permitindo aos registros do conhecimento encontrar seus usuários.

Os catálogos (ainda) podem ser manuais ou automatizados, apresentando-se sob as seguintes formas:

- manuais: em fichas (embora, anteriormente, houvesse também catálogos em folhas soltas ou em livro, hoje em desuso);
- automatizados: em linha (os mais comuns), conectados a redes ou a um servidor particular; em diferentes suportes físicos (como fichas ou discos compactos), obtidos a partir de um servidor.

Quanto à forma de organização, os catálogos manuais — porque tais diferenças desaparecem nos catálogos automatizados — podem ser alfabéticos ou sistemáticos (ver capítulo 8).

Para que um catálogo possa tornar-se de fácil consulta e de manutenção simples, deve possuir as seguintes qualidades:

- **flexibilidade**, o que permite: inserção contínua de registros bibliográficos relativos a novas manifestações e itens incorporados aos acervos; exclusão de registros bibliográficos referentes a itens descartados ou perdidos; e mudanças nas representações, quando necessário;
- **facilidade de manuseio** — o que significa, além da facilidade para ser manuseado propriamente, ter boa sinalização — no caso de catálogos manuais, interna e externa; estar em local visível e acessível e apresentar instruções de uso. Os catálogos automatizados devem sempre apresentar vínculos (*links*) de auxílio aos usuários;
- **portabilidade** — o que permite ser consultado fora da biblioteca, ou à distância;
- **compacidade** — o que significa ocupar pouco espaço.

Os catálogos manuais e automatizados apresentam como vantagens e desvantagens:

- catálogo em fichas: muito flexível, de fácil manuseio, não portátil e não compacto;
- catálogo automatizado em linha: embora apresente todas as qualidades, pode mostrar-se de manuseio difícil para os usuários e está sujeito a fatores externos incontroláveis, como queda de energia e problemas de manutenção de sistemas, inclusive segurança;
- catálogo em discos compactos: também apresenta todas as qualidades, mas é extremamente frágil, com pequena durabilidade.

ormente, houvesse também
vro, hoje em desuso);
comuns), conectados a redes
rentes suportes físicos (como
s a partir de um servidor.

atálogos manuais — porque
logos automatizados — po-
er capítulo 8).

se de fácil consulta e de ma-
guintes qualidades:

erção contínua de registros
manifestações e itens incor-
registros bibliográficos re-
perdidos; e mudanças nas re-

significa, além da facilidade
te, ter boa sinalização — no
na e externa; estar em local
instruções de uso. Os catálo-
e apresentar vínculos (*links*)

er consultado fora da biblio-

ocupar pouco espaço.

dos apresentam como vanta-

de fácil manuseio, não portá-

mbora apresente todas as qua-
seio difícil para os usuários e
ontroláveis, como queda de ener-
sistemas, inclusive segurança;
mbém apresenta todas as qua-
l, com pequena durabilidade.

São qualidades importantes na elaboração de um catálogo:

- **uniformidade** – nas representações, permite a compreensão da mensagem; em certas partes da catalogação, permite a reunião de registros do conhecimento com características comuns; na própria estruturação interna do catálogo, facilita seu manuseio pelo usuário. A partir do momento em que se utiliza um sistema ou rede, a uniformidade torna-se indispensável, com grandes vantagens para todos;
- **economia na preparação e na manutenção** – o que significa economia de recursos e de tempo;
- **atualidade** – deve estar sempre atualizado, refletindo o acervo.

ATENÇÃO! Mesmo sendo este um manual de catalogação, gostaríamos de deixar claro que a cooperação é a maior economia que qualquer serviço de informação pode realizar. Hoje, para bibliotecas públicas e escolares de escolas públicas, a BN mantém convênios gratuitos, para uso de seus registros, que diminuem significativamente os custos de manutenção dos acervos. Há um princípio básico a ser lembrado por todos os catalogadores e bibliotecários em geral: mesmo o livro doado tem um custo até chegar às mãos do usuário. Diminua este custo, usando os recursos gratuitos a seu dispor. Não invente a roda!

As qualidades na elaboração devem ser encontradas em qualquer tipo de catálogo; porém, a escolha do melhor tipo de catálogo dependerá dos recursos disponíveis em cada biblioteca, do tamanho de seu acervo e das características do público a utilizá-lo.

Charles Ami Cutter¹⁰ escreveu no prefácio à quarta edição de suas *Rules for a dictionary catalog* [Regras para um catálogo dicionário], em 1904: “A conveniência do público deve ser sempre colocada à frente da facilidade para o catalogador.”

Referências

- 1 HOUAISS, A. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.
- 2 RANGANATHAN, S.R. *The five laws of library science*. 2nd ed. Bombay: Asia Publ., 1963.
- 3 RÚDIGER, Francisco. *Introdução à teoria da comunicação: problemas, correntes e autores*. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Edicon, 2004.
- 4 MOSTAFA, Solange P. *Epistemologia da biblioteconomia*. 1985. Tese (Doutorado) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – São Paulo, 1985.
- 5 ADORNO, Theodor W. *Palavras e sinais*. Trad., notas e glossário de Maria Helena Ruschel; supervisão de Álvaro Valls. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

- 6 IFLA Study Group on the Functional Requirements for Bibliographic Records. *Functional Requirements for Bibliographic Records: final report*. The Hague: IFLA, 2008. Disponível em: <<http://www.ifla.org/vii/s13/frbr/index.htm>>. Acesso em: nov. 2008.
- 7 DECLARAÇÃO dos princípios internacionais de catalogação. Trad. de Lidia Alvarenga e Márcia Milton Vianna. IFLA Cataloguing Section, 2009. Disponível em: <http://www.ifla.org/vii/s13/icp/icp-2009_pt.pdf>. Acesso em: 8 mar. 2009.
- 8 CUTTER, Charles A. *Rules for a dictionary catalog*. 4th ed., repr. Facs. ed. London: Library Association, 1935.
- 9 RANGANATHAN, S.R. *Headings and canons: comparative study of five catalogue codes*. Madras: S. Viswanathan, 1955.
- 10 CUTTER, Charles A. *Op. cit.*

Eliane Serrão Alves Mey
Naira Christofolletti Silveira

Catálogo no Plural



BRIQUET DE LEMOS
LIVROS